**JOSÉ DE ALENCAR E A BRASILIDADE: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA**

Marcelo dos Santos Carneiro – Doutorando PUC-SP

Prof.ª Dr.ª Neusa Oliveira Barbosa Bastos – Orientadora

RESUMO: Apresentamos uma leitura sobre José de Alencar procurando mostrar a intensão do escritor em renovar a Língua Portuguesa utilizada no Brasil, produto de seus anseios nacionalistas, reflexo de uma sociedade que vivia em um país de recente independência e que buscava por sua emancipação cultural. Para isso o autor busca na língua dos índios novos vocábulos para o português brasileiro. A escolha do tema se justifica pela importância que se tem em refletir e discutir sobre as realizações culturais deste momento histórico, de formação e caracterização da cultura nacional. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é mostrar que José de Alencar foi um escritor engajado com as questões políticas e culturais de seu tempo, tendo como objetivo específico analisar trechos retirados de algumas de suas obras evidenciando o “tupinismo” como as peculiaridades que as diferenciam do português europeu. A metodologia usada para a realização deste trabalho é de natureza bibliográfica respaldada pelo viés historiográfico pautado na obra de (KOERNER, 2014) que nos apresenta três princípios para um trabalho de historiografia linguística. Os aspectos da biografia do autor relevantes ao trabalho, bem como os acontecimentos da época em que atuou serão vistos em (CANDIDO, 1992), (COUTINHO, 2004), (MAGALHÃES JUNIOR, 1970) e (RODRIGUES, 2001).

Palavras-chave: José de Alencar; Língua Portuguesa; Tupinismo; Ruptura Cultural.

INTRODUÇÃO

 Inspirados pela independência do país, os brasileiros passaram a nutrir um sentimento antilusitano e consequente nacionalismo e patriotismo que transcendeu ao campo da política chegando à cultura. Os intelectuais, principalmente no segundo império, produziam seus trabalhos em um momento de “efervescência cultural” promovida pelo então imperador D. Pedro II.

 Defensor da educação, o imperador foi o responsável pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, a fundação do Colégio Pedro II entre outras escolas e, a Imperial Escola de Belas Artes criada por seu pai passou a receber maior apoio. Tudo isso além das bolsas de estudo para que os artistas e intelectuais pudessem estudar na Europa. Seu objetivo era criar um sentimento de identidade cultural brasileira.

 Nesse tempo havia uma polêmica em torno dos rumos para a nossa língua que dividia os intelectuais, escritores e linguistas em dois grupos, sendo um mais conservador que defendia a aprendizagem e o uso da língua portuguesa idêntica a de Portugal, enquanto outros defendiam que a língua a ser usada no Brasil deveria se aproximar daquela falada pelos brasileiros, pois traziam peculiaridades que a diferenciava da língua de Portugal. Sobre essa polêmica, nos explica Silvio Elia (2003, p. 139-140):

A questão da língua portuguesa no Brasil, também chamada questão da língua brasileira, surgiu no século XIX. Para isso concorreram dois fatores: a) a Independência, que, liberando o país da submissão oficial ao cânone português, permitiu que os brasileiros passassem a cuidar por si mesmos dos problemas relativos à língua herdada; b) o movimento romântico que buscava na alma do povo as bases da cultura nacional. Demais, como separar o que já era brasileiro do que permanecia português? Daí as “polêmicas da língua”, em que, de um lado se pontificava um escritor brasileiro, de outro um português.

 Fazia parte deste segundo grupo seleto que via na fala popular um caminho para a nacionalização linguística em desapego a Portugal, o escritor romântico e político nacionalista José de Alencar. Suas obras foram escritas tendo como motivo de inspiração para seus temas, o brasileiro, na figura do índio dignificado como herói nacional nos romances indianistas, no sertanejo - homem forte e sábio conhecedor do sertão em seus romances regionalistas, e nos costumes da elite carioca que se formava no novo império de D. Pedro II, nos romances urbanos e em suas peças para teatro.

 Seus romances eram idealizados, típicos da corrente literária na qual se engajou, o Romantismo. A terra, a natureza e o povo brasileiro eram fortemente exaltados nas páginas dos folhetins em que foram lançados. No entanto, seu nacionalismo não se limitava às exuberantes paisagens brasileiras e ao heroísmo de seus índios. José de Alencar propunha uma mudança linguística na nossa língua, algo que se aproximasse mais do linguajar popular e a inserção de um vocabulário com palavras da língua tupi. Essas propostas não ficaram na teoria, pois o próprio José de Alencar as utilizava em suas obras com o intuito de distinguir a Língua Portuguesa utilizada no Brasil da Língua Portuguesa de Portugal.

 Este trabalho mostrará algumas dessas peculiaridades, evidenciando o caráter nacionalista, de ruptura cultural com Portugal do nosso eterno escritor romântico, José de Alencar. Para realizarmos este estudo, seguiremos os três princípios sugeridos por E.F.K. Koerner (2014), os quais, segundo o autor, uma vez seguidos, orientam o historiador a evitar problemas metodológicos e epistemológicos enfrentados durante sua pesquisa. Koerner comenta que dos vários problemas existentes, incluem:

Questões de periodização, contextualização e, geralmente, procedimentos de investigação, assim como questões relativas às mudanças de ênfase na prática linguística atual, a identificação de diferentes fases de desenvolvimento num quadro teórico particular, ou em períodos de tempo mais amplos, e no papel de fatores externos, por exemplo, os sócio-políticos, na aceitação ou rejeição de um referencial teórico (KOERNER, 2014, p.56-57).

 São estes os princípios a seguir para evitar distorções sérias das ideias sobre os linguistas, filósofos e gramáticos do passado: 1º contextualização histórica e intelectual (clima de opinião), 2º a análise do texto no seu próprio quadro teórico e 3º uma descrição clara das ferramentas empregues na tentativa de tornar o texto mais facilmente acessível ao linguista moderno (KOERNER, 2014, p. 57-58).

 Quanto ao primeiro princípio, Koerner (2014, p. 58) afirma que a contextualização histórica e intelectual é uma pesquisa sobre o clima de opinião, ou seja, as ideias filosóficas que circulavam na época, pois estas deixaram marcas nas ideias linguísticas; os fatores políticos e socioeconômicos também devem ser levados em conta, pois estes influenciam o pensamento e as opiniões de seu período e como se trata do estudo de uma língua, a educação linguística e o ensino da língua materna devem ser relacionados.

 Assim sendo, pesquisamos o contexto sócio-político em que José de Alencar atuou como escritor, para melhor entendermos o clima de opinião desta época e sua posição de nacionalista frente à emancipação cultural na qual buscavam os intelectuais de seu tempo.

 José Martiniano de Alencar nasceu em Mecejana, Ceará, em 1829, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 1877. Cresceu e estudou em São Paulo, onde se formou em Direito no ano de 1850. Dedicou-se ao jornalismo, à advocacia, à literatura e à política na qual ocupou os cargos de Deputado e Ministro da Justiça. E, apesar de bem votado, não conseguiu realizar sua meta que era ser senador (CANDIDO, 1992, p.193).

Alencar nasceu em uma família engajada na política. Seu pai, José Martiniano de Alencar, ex-padre e político no império, foi um liberal e revolucionário que, ao lado de sua mãe e avó do escritor, Bárbara, participou da revolução republicana que teve origem em Pernambuco. Tal revolução foi severamente reprimida pelas tropas fiéis a D. João VI e ambos, o pai e a avó de José de Alencar foram presos nesta ocasião, passando quatro anos em uma prisão na Bahia (MAGALHÃES JUNIOR, 1970, p. 3).

A histórias dessas marcas começou na infância, atirado nas lides políticas, meu pai quase não esteve presente em casa nos primeiros anos de vida e, quando chegava, era preciso mostrar-lhe os progressos dos filhos. Só quando nos transferimos para o Rio de Janeiro pude conviver com ele, ou, melhor, usufruir de sua presença ao longe. Quem cuidava de mim era a minha avó e minha mãe. A lembrança de minha avó, d. Bárbara Pereira de Alencar, é marcante pelas histórias que a heroína da Revolução de 1817 contava (RODRIGUES, 2001, p. 17).

Quando criança, sua casa, na rua conde nº 55, onde residia com sua família, era palco de reuniões em que eram recebidos membros do “Clube Maiorista”, cujo presidente, o conselheiro Antônio Carlos e o secretário, o senador Alencar, seu pai. A pauta de muitas dessas reuniões era a grande revolução parlamentar da maioridade de D. Pedro II. José de Alencar era apenas uma criança, e como tal, ainda não entendia o motivo daquelas reuniões feitas sempre às escondidas (ALENCAR, 1990, p. 24-25).

Portanto, José de Alencar nasceu e cresceu em uma época de revoltas contra a coroa portuguesa, na sua infância, presenciou o movimento de maioridade de Dom Pedro II e a participação do parlamento na administração do Brasil imperial que aos poucos chegaria ao fim. O ocidente se voltava contra o absolutismo monárquico, como foi o caso da França e dos E.U.A.

 Em São Paulo, quando cursava o preparatório para a faculdade de Direito, o jovem José de Alencar morava com outros estudantes, e um deles costuma emprestar livros da literatura francesa de seu amigo Octaviano, o qual era colecionador do estilo. Foi aí que Alencar se tornou um leitor e admirador dos romances franceses, segundo suas próprias palavras em sua autobiografia:

Meu companheiro de casa era dos amigos de Otaviano, e estava no direito de usufruir sua opulência literária. Foi assim que um dia vi pela primeira vez o volume das obras completas de Balzac (...) Gastei oito dias com o *Grenadière*; porém em um mês depois acabei o volume de Balzac; e no resto do ano li o que então havia de Alexandre Dumas e Alfredo Vigny, além de muito de Chateaubriand e Vitor Hugo. A escola francesa, que eu então estudava nesses mestres da moderna literatura, achava-me preparado para ela. O molde do romance, qual mo havia revelado por mera casualidade aquele arrojo de criança a tecer uma novela com fios de uma ventura real, fui encontrá-lo fundido com a elegância e beleza que jamais lhe poderia dar (ALENCAR, 1990, p. 40-41).

 Conforme lemos, os romances franceses trouxeram um novo olhar para o escritor, que se sentia apaixonado por esta nova literatura que viera a conhecer quando estudante. Os escritores que ele citou no trecho lido, fizeram parte do Romantismo francês, estes assumiram uma postura antimonárquica, anti-absolutista e contrária ao racionalismo exercido no classicismo, voltando-se então para a história de sua pátria.

 Os escritores românticos foram estimulados pelas ideias do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, como explica o crítico em literatura Coutinho (2004, p. 6) “Rousseau é outro grande europeu, cuja presença no século serve de ponto de irradiação e de convergência das principais tendências que definirão a fisionomia romântica, a ponto de ser, por alguns, cognominado o *pai do Romantismo*”.

 Rousseau recebeu tal alcunha, pois algumas de suas ideias foram consideradas precursoras do movimento, tais como um sentimento de apego à natureza, com características subjetivistas, próprias do Romantismo. Em sua obra *Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade entre os Homens,* publicada em 1755, Rousseau traz a tona uma reflexão sobre as desigualdades sociais, ele diz que o homem nasce puro e bom, mas a sociedade e seus valores o corrompem.

 Dessa forma, o filósofo sugere ao homem uma busca em seu interior pelo homem natural, selvagem, puro, honesto, sem as marcas corrompidas pela sociedade em que vive. Daí o surgimento de características marcantes do Romantismo, tais como a fuga da realidade ao subjetivismo, o apelo emocional e sentimental das obras e o “mito do bom selvagem” encontrado em Peri, Iracema e Ubirajara, personagens criados por José de Alencar.

 O escritor teve contato com Russeau ainda na faculdade, conforme atesta Alencar apud Rodrigues (2001, p.24) “Foi nesse momento que tomei contato com filósofos da política, como Russeau e Montesquiel, que me ajudaram a refletir sobre a organização política brasileira”.

 Quanto à educação e ao ensino da Língua Portuguesa, no tempo de Alencar, se restringia a elite do país, sendo que a maior parte da população era analfabeta. Vale lembrar que quando José de Alencar iniciou seus estudos, há menos de um século ocorria no Brasil a reforma pombalina, que em nome da coroa portuguesa proibiu o ensino da Língua Geral, instaurando a obrigatoriedade da Língua Portuguesa nas escolas, língua de prestígio e que o Brasil fazia seus negócios com o mundo.

 Com isso podemos considerar que a maioria dos brasileiros nessa época, principalmente no interior do país, ainda falava uma língua bem próxima da Língua Geral, um misto de português e do tupi, que durante muito tempo foi ensinada aos colonizadores, estrangeiros e escravos para facilitar a comunicação. A Língua Portuguesa ensinada nas poucas escolas que havia no país ainda era um privilégio da minoria. O que podemos observar no fragmento abaixo, conforme atesta Silva Neto:

No primeiro século, quando se tentou incorporar o índio à sociedade portuguesa e quando ele se tornava indispensável para a devassa da terra – foi grande a influência da língua geral. Era, então, natural que os conquistadores recém-chegados procurassem conhecê-la (s/d, p. 61). (...) o português era a língua da administração: só em português era possível entender-se oficialmente com os agentes do Estado. Para aspirar aos cargos públicos (aliás, sempre tão apetecidos) era preciso o conhecimento do português (s/d, p. 78).

 Assim, entendemos que José de Alencar cheio do espírito revolucionário encontrado na literatura francesa e que de certa forma coincidia com a educação herdada de sua família e o período político e cultural em que se encontrava o país, José de Alencar surge com a ideia de renovar a literatura no Brasil, acrescentando à Língua Portuguesa escrita e ensinada nas escolas por meio de gramáticas, vocábulos próprios do falar do brasileiro.

 Sua ideia não foi bem vista pela elite, pois os documentos entre Brasil e Portugal sempre foram escritos em Língua Portuguesa, desde os tempos da colônia, e isso poderia trazer problemas para o Brasil que vivia de exportar produtos para Portugal e outros países. José de Alencar foi duramente criticado por sua maneira de pensar e escrever. As críticas que recebia dos conservadores e gramáticos atravessaram o Atlântico, sendo que até escritores e intelectuais portugueses deixaram seus pesados julgamentos aos trabalhos do nosso escritor.

 Quanto ao princípio da imanência, diz respeito a uma análise do texto no seu próprio quadro teórico, ou seja, “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna” (KOERNER, 2014, p. 59). Sendo assim, selecionamos para esta análise, trechos de Romances de José de Alencar na intenção de mostrar as inovações linguísticas usadas pelo escritor que propunha uma ruptura cultural com Portugal, por meio da distinção entre as Línguas usadas em ambos os países. Essas inovações estão no campo lexical e sintático, porém para este trabalho, enfocaremos o campo lexical.

 Quanto ao léxico, o uso de neologismos, costume próprio dos poetas, colhemos deste escritor um trecho da obra Iracema, em sua primeira edição, de 1865, um verbo criado pelo escritor para representar o ruído produzido pela passagem do vento entre as folhas das árvores, e que ele mesmo comenta nas notas ao final da narrativa. Observemos que ao final da explicação, o autor se justifica tomando como exemplo, o poeta português que também criou o seu verbo:

Uma historia que me contarão nas lindas várzeas onde nasci, á calada da noite, quando a lua passeava no ceo argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares. (ALENCAR 1865, p. 20) (...) *ll.Rugitar*—é um verbo de minha composição para o qual peço venia. Felinto Elisio creou *ruidar* de ruído (ALENCAR 1865, 163-164).

 O romance *Iracema*, também se destaca pela linguagem poética. Foi considerado pelos críticos ao longo dos anos como um verdadeiro poema em prosa, estilo que ainda não havia sido usado por outro escritor em língua portuguesa, o que faz com que seu estilo fosse original. Essa originalidade é resultado dos esforços em recriar uma literatura de língua portuguesa que fosse realmente brasileira.

Logo depois da Independência (1822), surgiu no Brasil a questão de saber em que língua deveria expressar-se a literatura brasileira, e muitos intelectuais optaram por denominações como “língua nacional” ou mesmo “língua brasileira” – denominações nas quais Portugal não estava presente. Alguns escritores foram além de uma atitude meramente programática, usando uma linguagem literária em que os “brasileirismos” tinham um papel considerável. José de Alencar foi um desses escritores, e o melhor exemplo desse estilo é a obra Iracema (1860), que, embora se apresentasse como romance, tem todas as características de um longo poema em prosa. Diferentemente de tudo quanto tinha aparecido até então em língua portuguesa, o estilo dessa obra não deixou de provocar reações iradas do outro lado do Atlântico: o filólogo português Pinheiro Chagas fez dele uma avaliação muito depreciativa, à qual Alencar responderia acrescentando à segunda edição de Iracema (1870) um post-scriptum que ficou célebre (ILARI; BASSO apud PRESTES, 2010, p. 147)

 Podemos confirmar a ira dos puristas da língua, lendo a opinião do filólogo português Pinheiro Chagas em sua crítica ao romance *Iracema*, cujo autor denominou como *Lenda do Ceará*.

O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato (CHAGAS apud ELIA, 2003, p. 140).

 José de Alencar, ao levar para a literatura os vocábulos indígenas e a fala cotidiana do brasileiro enriqueceu o idioma português reflexo do natural desenvolvimento da nação e os contatos linguísticos das varias etnias aqui presentes resultado da miscigenação, desde o período colonial, como mostra Barbosa Lima Sobrinho:

O fato é que, no período colonial, com uma unidade ainda não muita definida, e comunicações precárias, todas as forças concorriam para a diferenciação da linguagem, sobretudo quando elementos índios, e a escravatura negra proporcionavam outras contribuições para a linguagem corrente (1958, p.79).

 Esses “elementos índios” dos quais Barbosa Lima se refere são os vocábulos encontrados durante a leitura dos romances indianistas de José de Alencar, como neste fragmento de *Iracema* publicado em 1865:

Além, muito além dáquella serra, que ainda azula no horisonte, nasceu Iracema: Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabellos mais negros que a aza da graúna, e mais longos que seo talhe de palmeira. O favo da jaty não era doce como seo sorriso; nem a baunilha rescendia no bosque como seo hálito perfumado (ALENCAR, 1865, p 4).

 A começar pelo nome da personagem protagonista desta obra, Iracema, percebemos que o autor utiliza um aposto explicativo, como se estivesse apenas exaltando as qualidades da índia, mas o que na verdade, Alencar está traduzindo o nome da personagem, que ele próprio explica nas notas do autor, ao final do romance: “I. *Iracema.*—Em guarany significa lábios de mel—de ira —mel e *tembe* labios, *Tembe* na composição altera-se em *ceme,* como na palavra *ceme-yba*”(Alencar, 1865, p. 164); virgem porque segundo a lenda tabajara, a filha do pajé deveria se manter intocada sexualmente para guardar o segredo da jurema e, assim, preparar a bebida de tupã ao pajé.

 O mesmo acontece em *Ubirajara*, livro lançado em 1874, que conta a história do jovem Jaguerê, caçador da tribo Araguaia, que ao vencer o guerreiro da tribo inimiga, passa a ser chamado de Ubirajara.

 Observemos nestes dois fragmentos a seguir que José de Alencar trabalha com o nome da personagem e seu significado em tupi, dando sentido ao enredo do texto. No fragmento número 1, um trecho da obra e em seguida, o de número 2, a explicação do próprio Alencar em notas do autor:

1: Pela margem do grande rio caminha Jaguaré, o joven caçador. O arco pende-lhe ao hombro, esquecido e inútil. As flechas dormem no coldre da uiraçaba. Os veados saltam das moitas de ubaia e vem retouçar na gramma, zombando do caçador. Jaguaré não vê o timido campeiro, seus olhos buscam um inimigo capaz de resistir-lhe ao braço robusto. O rugido do jaguar abala a floresta; mas o caçador também despreza o jaguar, que já cançou de vencer. Elle chama-se Jaguaré, o mais feroz jaguar da floresta; os outros fogem espavoridos quando de longe o pressentem (Alencar, 1874, p. 7). 2 *Jaguaré.*—Nome composto de *Jaguar,* a onça e o suffixo *é* que na lingua lupy reforça empaticamente a palavra a quese liga. *Jaguaré,* significa pois, a onça, verdadeiramente onça,digna do nome, por sua força, coragem e ferocidade (ALENCAR, 1874, p. 164).

 A presença do “tupinismo” na obra de Alencar não é marca apenas dos romances indianistas como vimos nos fragmentos citados. Em *O Sertanejo,* publicado em 1875, o escritor também utiliza desta característica, como no seguinte trecho: “Anhamun recebeu sua flecha que tu lhe mandaste, chefe dos tapijaras ; e soprou o boré para convocar os seus guerreiros. Elle veio pelo rasto dos inimigos” (ALENCAR, 1875, p. 296). Ao final do livro, em notas do autor, ele explica o significado da palavra utilizada: “*Tapyjara.*  E' uma palavra tupy de origem moderna, e significa vaqueiro. Os indios chamavam ao boi, anta grande” (ALENCAR, p. 341).

 As demais palavras de origem tupi presentes nos trechos escolhidos para esta análise, assim como as inúmeras palavras que fazem parte de seus romances vêm com explicações em notas do autor.

 Para finalizar, observaremos o terceiro princípio, o qual Koerner denomina “princípio da adequação”, deve ser feita uma descrição das ferramentas empregues na tentativa de tornar o texto mais facilmente acessível ao linguista moderno, como explica:

Só depois de terem sido concisamente seguidos os dois primeiros princípios, de forma a que uma dada manifestação linguística tenha sido compreendida no seu contexto histórico original, o historiógrafo pode aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em questão. Talvez possamos chamar a este último passo de ‘princípio da adequação’ (KOERNER, 2014, p. 59).

 As análises que foram realizadas no tópico anterior nos faz refletir sobre a importância que o escritor deu aos vocábulos de origem indígena como meio de diferenciar a língua portuguesa utilizada no Brasil em relação à língua de Portugal. Pode-se dizer que a inserção dessas palavras representou para o Brasil uma independência linguística, uma vez que, antes de Alencar, no período colonial, eram ensinadas apenas como fonte de conhecimento para a colonização, sendo que os portugueses as aprendiam para se comunicar com os índios a fim de que eles os levassem ao encontro das riquezas minerais.

 O que havia antes do século XIX eram apenas métodos e dicionários bilíngues que tratavam de estudos dessas palavras como língua brasílica, tais como o *Diccionario portuguez, e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tandos milhares de Almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da Fé, e Baptismo[[1]](#footnote-2)*, escrito por José Mariano da Conceição Veloso, publicado em Lisboa no ano de 1795 ou anterior a isto, a clássica gramática escrita pelo Padre Anchieta *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil[[2]](#footnote-3),* publicada em Coimbra em 1595.

 Como dito anteriormente, foi a partir do século XIX, após a independência do Brasil que começaram a surgir dicionários e gramáticas com nomes nacionais em que se sugeria uma língua portuguesa renovada, ou seja, uma língua nacional. São exemplos destes, o *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos diccionarios da lingua portugueza[[3]](#footnote-4)* de Braz da Costa Rubim publicado no Rio d Janeiro em 1856 e o *Diccionario da lingua brasileira[[4]](#footnote-5),* de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto em 1832. Diferente de hoje em que estas palavras de origem indígenas são facilmente encontradas em nossos modernos dicionários cuja nomenclatura Dicionário da Língua Portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

 A independência do Brasil trouxe um sentimento de nacionalismo aos intelectuais, escritores, linguistas e filólogos brasileiros, que se viam animados com os acontecimentos da época. Existiram aqueles defendiam projetos de construção de uma língua nacional, que se afastasse da língua culta portuguesa se aproximando mais do falar brasileiro. Surgiram livros e dicionários que tentaram traduzir este anseio de ruptura linguístico-cultural.

 José de Alencar, escritor e político nacionalista viu nos vocábulos de origem tupi um motivo para a nacionalização da língua portuguesa usada no Brasil, pois tais vocábulos presentes na flora e fauna brasileiras e por isso, utilizados pelo povo no seu dia-a-dia, uma vez inseridos na língua trazida pelos colonizadores seria o caminho para sua nacionalização.

 Por meio dos três princípios sugeridos por E. F. K. Koerner para a realização de um trabalho de historiografia vimos que antes do século XIX, o vocabulário dos aborígenes era estudado apenas para conhecimento do colonizador e que durante este século deu-se início sua inserção em dicionários de língua portuguesa escritos no Brasil.

 Os trechos das obras de José de Alencar utilizados para a realização deste trabalho fazem parte desta época, em que havia uma questão em torno da nacionalização da língua. Foi estudado a primeira edição de *Iracema* (1865), *Ubirajara* (1874) e *O Sertanejo* (1875), conforme o segundo princípio koerneanos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista.* Adaptação ortográfica Carlos de Aquino Pereira. Campinas: Pontes, 1990.

ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00178300>. Data de acesso: 12 Dez. 2016.

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00181520>. Data de Acesso: 20 Out. 2016.

ALENCAR, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. Disponível em: <http: //www. Brasiliana.usp.br/handle/1918/00016000>. Data de Acesso: 20 Out. 2016.

BARBOSA, Lima Sobrinho. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

CANDIDO, Antônio; CASTELO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: História e Antologia – das Origens ao Realismo.* 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

COUTINHO, Afrânio dos Santos; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil- Era romântica.* v. 3. Parte II.7. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2004.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil.* Rio de Janeiro: Lucena, 2003.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Coleção Linguística 11. Braga/Portugal: Publito, Estúdio de Artes gráficas - Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época.* Rio de Janeiro: Lisa Livros Irradiantes S.A., 1970.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *Para além da literatura, a língua:* José de Alencar e a identidade do português brasileiro. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 47, p. 137-152, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article / viewFile/44/38>. Data de Acesso: 15 Dez. 2016.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *O poeta armado do século XIX.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SILVA NETO, Serafim. *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, s/d.

\_\_\_\_\_. *História da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

1. Biblioteca Brasiliana Mindim – Acervo Digital. Fonte: www.brasiliana.usp.br. [↑](#footnote-ref-2)
2. Idem. [↑](#footnote-ref-3)
3. Biblioteca Brasiliana Mindim – Acervo Digital. Fonte: www.brasiliana.usp.br. [↑](#footnote-ref-4)
4. Idem. [↑](#footnote-ref-5)